

Demonstrações Financeiras

Cemig Trading S.A.

31 de dezembro de 2023
com Relatório do Auditor Independente

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023.....	3
BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	6
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS.....	8
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES.....	9
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	10
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	11
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	12
1. CONTEXTO OPERACIONAL.....	12
2. BASE DE PREPARAÇÃO.....	13
3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	16
4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	17
5. FUNDOS VINCULADOS.....	18
6. CONSUMIDORES E REVENDEDORES.....	18
7. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS.....	18
8. OPERAÇÕES DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA.....	19
9. PROVISÕES.....	20
10. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES.....	20
11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	20
12. RECEITA.....	22
13. CUSTOS E DESPESAS.....	23
14. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS.....	24
15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	24
16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	26
17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS.....	28
18. EVENTOS SUBSEQUENTES.....	33
RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL.....	34
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	35



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023

Senhores Acionistas,

A Cemig Trading S.A. (“Companhia” ou “Cemig Trading”) submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração em conjunto com as Demonstrações Financeiras e o relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 2022 era de R\$1.000 mil, dividido em 1.000.000 de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pertencentes à Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Cemig GT”).

DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS

Resultado do exercício

A Companhia obteve um lucro líquido de R\$5.722 mil em 2023, em comparação ao lucro líquido de R\$3.960 mil no exercício de 2022, um aumento de 44,49%, associado, principalmente, aos reflexos das operações de *trading*.

As principais justificativas para variações nas receitas, custos e despesas estão apresentadas na sequência deste relatório.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - Lajida

Em 2023, o Lajida da Companhia foi de R\$4.759 mil (R\$5.364 mil no exercício de 2022) e a margem do Lajida foi de 59,07% no mesmo período (98,24% no exercício de 2022), conforme demonstrado a seguir:

	2023	2022	Var. %
Resultado líquido	5.722	3.960	44,49
(+) Depreciação e amortização	8	7	14,29
(+) Imposto de renda e contribuição social	25	1.661	(98,49)
(-) Resultado financeiro	(996)	(264)	277,27
Lajida (1)	4.759	5.364	(11,28)

(1) Lajida é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras consolidadas, observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O Lajida não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga Lajida porque a utiliza para medir o seu desempenho. O Lajida não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.



Receita com suprimento

Em 2023, a Companhia efetuou o registro de receitas com suprimento no montante de R\$8.233 mil, referente à entrega da energia objeto das operações de *trading* fechadas anteriormente.

A composição da receita líquida da Companhia está disposta na nota explicativa nº 12.

Custos com energia elétrica

Em 2023 a Companhia iniciou a entrega da energia objeto das operações de *trading* fechadas anteriormente, o que gerou o reconhecimento de custos com energia elétrica comprada para revenda no montante de R\$3.220 mil.

A composição dos custos e despesas operacionais está disposta na nota explicativa nº 13.

Operações de *trading* (ganhos realizados e não realizados)

Em 2023 foi reconhecido o montante de R\$1.969 mil relativo a ganhos não realizados decorrentes das marcações a mercado das operações de *trading* firmadas no exercício de 2023, cuja energia está sendo entregue em 2024.

Em 2023 também houve o reconhecimento do montante de R\$4.540 mil a título de ganhos realizados, considerando a energia que foi entregue durante 2023.

Mais detalhes dessas operações estão descritos nas notas explicativas nº 8 e 12.

Imposto de renda e contribuição social

Em 2023, a Companhia apurou o montante de R\$25 mil referente a despesas com imposto de renda e contribuição social, representando 0,44% em relação ao resultado de R\$5.747 mil antes dos efeitos fiscais. Comparativamente, no exercício de 2022, a Companhia apurou o montante de R\$1.661 mil referente a despesas com imposto de renda e contribuição social, representando 29,55% em relação ao resultado de R\$5.621 mil antes dos efeitos fiscais.

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), a realizar-se em 2024, que, ao Resultado do exercício de 2023, no montante de R\$5.722 mil, seja dada a seguinte destinação:

- R\$2.861 mil de para pagamento de dividendos obrigatórios; e
- Da reserva de retenção de lucros, no montante de R\$2.861 mil, R\$1.841 mil seja destinado para pagamento de dividendos adicionais propostos e R\$1.020 mil para aumento de capital social.



Proposta de aumento de capital

A Diretoria irá propor à Assembleia Geral Ordinária o aumento de capital social em R\$3.000 mil (três milhões de reais), mediante destinação de R\$1.980 mil dos recursos da reserva de lucros e R\$1.020 mil (um milhão e vinte e mil reais) do lucro de 2023, com emissão de 3.000.000 (três milhões) de ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, no valor de R\$1,00 (um real) cada e conseqüentemente, a alteração do Artigo 5º do Estatuto Social, que passará a ter a seguinte redação: “Art. 5º O capital social é de R\$4.000.000 (quatro milhões de reais), representado por 4.000.000 (quatro milhões) de ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Cemig Trading manifesta seu agradecimento aos seus acionistas controladores pela confiança e apoio recebido durante o ano. Estende, também, os agradecimentos às demais autoridades Federais, Estaduais, Municipais e à Diretoria da Cemig.

BALANÇOS PATRIMONIAIS**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022****(Em milhares de reais)****ATIVO**

	Nota	2023	2022
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	2.475	190
Títulos e valores mobiliários	4	5.090	1.023
Fundos vinculados	5	1.882	1.702
Consumidores e revendedores	6	692	-
Tributos compensáveis	7	112	112
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		-	28
Operações de comercialização de energia	8	1.969	4.260
Outros ativos		917	336
TOTAL DO CIRCULANTE		13.137	7.651
NÃO CIRCULANTE			
Títulos e valores mobiliários	4	-	4
Tributos compensáveis	7	6	-
Direito de uso		258	161
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		264	165
ATIVO TOTAL		13.401	7.816

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022****(Em milhares de reais)****PASSIVO**

	Nota	2023	2022
CIRCULANTE			
Fornecedores		251	-
Impostos, taxas e contribuições	10	21	24
Imposto de renda e contribuição social a recolher	15a	33	-
Dividendos a pagar	11e	5.320	2.459
Convênio de compartilhamento		8	8
Passivo de arrendamento		23	22
TOTAL DO CIRCULANTE		5.656	2.513
NÃO CIRCULANTE			
Impostos, taxas e contribuições	10	62	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15b	908	1.490
Passivo de arrendamento		255	154
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		1.255	1.644
TOTAL DO PASSIVO		6.881	4.157
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	11		
Capital social		1.000	1.000
Reservas de lucros		5.520	2.659
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		6.520	3.659
PASSIVO TOTAL		13.401	7.816

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS**PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022****(Em milhares de reais)**

	Nota	2023	2022
RECEITA LÍQUIDA	12	8.057	5.460
CUSTOS	13		
Custos com energia elétrica		(3.220)	-
Custos de operação		(31)	(23)
		(3.251)	(23)
LUCRO BRUTO		4.806	5.437
DESPESAS	13		
Despesas gerais e administrativas		(12)	(77)
Outras despesas operacionais		(43)	(3)
		(55)	(80)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		4.751	5.357
Receitas financeiras	14	1.019	285
Despesas financeiras	14	(23)	(21)
		996	264
Resultado antes dos impostos		5.747	5.621
Imposto de renda e contribuição social corrente	15c	(607)	(180)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15c	582	(1.481)
RESULTADO DO EXERCÍCIO		5.722	3.960

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES**PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022****(Em milhares de reais)**

	2023	2022
RESULTADO DO EXERCÍCIO	5.722	3.960
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	5.722	3.960

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
		Reserva legal	Retenção de lucros		
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	1.000	200	479	-	1.679
Resultado do exercício	-	-	-	3.960	3.960
Destinação do lucro proposta à AGO:					
Dividendos obrigatórios	-	-	-	(1.980)	(1.980)
Destinação do resultado para retenção de lucros	-	-	1.980	(1.980)	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	1.000	200	2.459	-	3.659
Resultado do exercício	-	-	-	5.722	5.722
Proposta de destinação do lucro proposta à AGO:					
Dividendos obrigatórios	-	-	-	(2.861)	(2.861)
Destinação do resultado para retenção de lucros	-	-	2.861	(2.861)	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	1.000	200	5.320	-	6.520

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022****(Em milhares de reais)**

	Nota	2023	2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Resultado do exercício		5.722	3.960
Ajustes por:			
Juros passivos de arrendamento	14	21	16
Depreciação e amortização	13	8	7
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos		25	1.661
Juros e variações monetárias		(598)	(267)
Operações de <i>trading</i>		2.292	(4.261)
		7.470	1.116
(Aumento) Redução de ativos			
Consumidores e revendedores		(692)	(293)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		28	-
Tributos compensáveis		(179)	-
Fundos vinculados	5	(180)	(295)
Outros		(687)	46
		(1.710)	(542)
Aumento (Redução) de passivos			
Fornecedores		251	-
Impostos, taxas e contribuições		59	18
Imposto de renda e contribuição social		-	(38)
Passivo de arrendamentos		105	13
		415	(7)
Caixa gerado pelas atividades operacionais			
		6.175	567
Imposto de renda e contribuição social pagos		(401)	(142)
Juros recebidos		375	163
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
		6.149	588
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aplicações em títulos e valores mobiliários		(7.465)	(764)
Resgates em títulos e valores mobiliários		3.625	247
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
		(3.840)	(517)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Arrendamentos pagos		(24)	(22)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
		(24)	(22)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
		2.285	49
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3	190	141
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	3	2.475	190

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cemig Trading S.A. (“Companhia” ou “Cemig Trading”), sociedade anônima de capital fechado, foi constituída em 24 de julho de 2002, com sede e foro em Belo Horizonte – MG. A Companhia tem como controladora a Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Cemig GT”) e como controladora final a Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”).

Os objetivos sociais previstos no estatuto social da Companhia são os seguintes:

- Comprar e vender energia nas suas diferentes formas e modalidades, incluindo a importação, exportação e a participação em todos os segmentos de mercados especializados de energia;
- Prestar serviços associados às atividades de comercialização de energia, em todas as suas formas e modalidades, inclusive a comercialização varejista, no âmbito do mercado brasileiro e de outros países;
- Prestar serviços de intermediação de negócios relacionados à comercialização de energia a consumidores, que tenham livre opção de escolha de fornecedor, a geradores e produtores independentes e a qualquer agente autorizado a comercializar energia; e
- Desenvolver atividades relacionadas à comercialização de energia em todas as suas modalidades, inclusive a comercialização varejista, considerando os aspectos físico, financeiro e operacional, objetivando a realização de negócios relacionados à compra e venda de energia.

Através da Resolução nº 117, de 28 de março de 2005, a Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel autorizou a Companhia a comercializar energia elétrica no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

A Companhia iniciou suas atividades em maio de 2006 e, durante o exercício de 2023, o resultado da Companhia foi em função da prestação de serviços de intermediação de negócios relacionados à comercialização de energia e operações de trading no mercado livre.

Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e entende que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Diretoria Executiva da companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras em 17 de julho de 2024.

2.2 Bases de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos seguintes itens:

- Operações de comercialização de energia: trata-se de instrumento financeiro derivativo mensurado a valor justo por meio do resultado, de acordo com as normas aplicáveis, conforme detalhado na nota explicativas nº 8 e 17.
- Ganhos/perdas não realizados decorrentes das operações de comercialização de energia, que são registrados no resultado em contrapartida ao instrumento financeiro, conforme detalhado nas notas explicativas nº 8 e 14.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas exige que a Administração faça julgamentos e utilize estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas, apoiadas em fatores objetivos e subjetivos com base no julgamento da Administração, são revistas anualmente, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação as estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que estas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 8 – Operações de comercialização de energia (definição do valor justo das operações de comercialização incluindo cotação da energia, taxas futuras de IPCA e custo médio ponderado de capital – WACC).
- Nota 9 – Provisões (estimativa confiável do valor das obrigações);
- Nota 17 – Instrumentos financeiros e gestão de riscos (mensuração dos valores justos).

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. Informações sobre a mensuração dessas estimativas estão detalhadas nas respectivas notas explicativas.

2.5 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023

As alterações apresentadas a seguir entraram em vigor em 01 de janeiro de 2023 e não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

Norma	Descrição da alteração
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro – Definição de estimativas contábeis	A Companhia adotou as alterações ao CPC 23 pela primeira vez no exercício corrente. As alterações substituem a definição de mudança nas estimativas contábeis pela definição de estimativas contábeis. De acordo com a nova definição, estimativas contábeis são “valores monetários nas demonstrações financeiras sujeitos à incerteza na mensuração”. A definição de mudança nas estimativas contábeis foi excluída.
CPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis	A Companhia adotou as alterações ao CPC 26 pela primeira vez no exercício corrente. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as entidades a fornecer informações úteis sobre políticas contábeis específicas da entidade que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações financeiras. A Companhia revisou a apresentação de suas políticas contábeis e manteve a apresentação, nas demonstrações financeiras, apenas das que foram julgadas como materiais.
CPC 32 – Imposto sobre o Rendimento	A Companhia adotou as alterações ao CPC 32 pela primeira vez no exercício corrente. As alterações visam restringir o âmbito de aplicação da isenção de reconhecimento inicial, de modo que não se aplique a operações que deem origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias, resultando no reconhecimento de um ativo de impostos diferidos e um passivo de impostos diferidos por diferenças temporárias decorrentes do reconhecimento inicial de arrendamentos e provisões para desmantelamento. Não houve impacto sobre os lucros e prejuízos acumulados de abertura em janeiro de 2023, ou qualquer impacto no resultado da Companhia, estando o efeito dessa adoção relacionado apenas à apresentação de ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos.

2.6 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

Norma	Descrição da alteração	Início da vigência
CPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis – Revisão da classificação de passivos como circulantes e não circulantes	Esclarece que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes na data do balanço, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas na data do balanço, e introduzem a definição de ‘liquidação’ para esclarecer que a liquidação se refere à transferência para uma contraparte de caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços.	01/01/2024
CPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis, CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa e CPC 40 – Instrumentos financeiros: evidenciação – Acordos de financiamento de fornecedores (“Risco sacado”)	As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores (“Risco Sacado”) que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. Para atender o objetivo de divulgação, a entidade deve divulgar, no todo, para seus acordos de financiamento de fornecedores, os termos e as condições dos acordos, o valor contábil, e correspondentes rubricas apresentadas no balanço patrimonial da entidade, dos passivos que fazem parte dos acordos, o valor contábil, e correspondentes rubricas pelas quais os fornecedores já receberam pagamento daqueles que fornecem o financiamento, as faixas das datas de vencimento dos pagamentos para os passivos financeiros que fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores e contas a pagar comparáveis que não fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores, e informações sobre o risco de liquidez.	01/01/2024
CPC 06 - Arrendamentos - Passivo de arrendamento em uma transação de “Sale and Leaseback”	Acrescenta exigências de mensuração subsequente para transações de venda e <i>leaseback</i> , que satisfazem as exigências do CPC 47, para fins de contabilização como venda. As alterações requerem que o vendedor-arrendatário determine ‘pagamentos de arrendamento’ ou ‘pagamentos de arrendamento revisados’ de modo que o vendedor-arrendatário não reconheça um ganho ou perda relacionado ao direito de uso retido pelo vendedor-arrendatário, após a data de início. As alterações não afetam o ganho ou a perda reconhecida pelo vendedor-arrendatário relacionado ao término total ou parcial de um arrendamento. Sem essas novas exigências, um vendedor-arrendatário pode ter reconhecido um ganho sobre o direito de uso que retém exclusivamente devido à remensuração do passivo de arrendamento (por exemplo, após uma modificação ou mudança de arrendamento no prazo do arrendamento) que aplica as exigências gerais do CPC 06. Esse pode ter sido particularmente o caso em um retroarrendamento que inclui pagamentos de arrendamento variáveis que não dependem de um índice ou taxa.	01/01/2024

Em relação aos normativos em discussão no órgão competente ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou impactos significativos.

2.7 Reclassificação de itens nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC)

A Companhia efetuou ajustes de classificação de itens na DFC de forma a melhorar a qualidade da divulgação das informações contábeis.

A apresentação do movimento ocorrido na rubrica de Títulos e Valores Mobiliários era divulgada em bases líquidas, no fluxo das atividades de investimento. A partir do quarto trimestre de 2023, a Companhia segregou esse movimento, passando a apresentar os juros efetivamente recebidos

como parte do fluxo de caixa das atividades operacionais e as aplicações e resgates, de forma separada, no fluxo de caixa das atividades de investimento. Além disso, a Companhia passou a ajustar o lucro com o montante total do imposto de renda reconhecido no resultado.

A fim de manter a comparabilidade, as informações correspondentes ao exercício de 2022 estão sendo apresentadas nesse mesmo critério

2.9 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis, descritas em detalhe nas notas explicativas, têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, em conformidade às normas e regulamentos descritos no item 2.1 – Declaração de conformidade.

Adicionalmente, a Companhia adotou a alteração ocorrida no CPC 26 a partir de 1º de janeiro de 2023. As alterações estabelecem a divulgação das políticas contábeis “materiais”, em vez de “significativas”. Não houve nenhum impacto nas políticas contábeis adotadas pela Companhia, tendo afetado apenas a divulgação.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os caixas e equivalentes de caixa são compostos por saldos em contas correntes bancárias e aplicações de curto prazo com alta liquidez, sujeitos a risco insignificante de mudança de valor, mantidos para atender a gestão de caixa de curto prazo da Companhia, conforme segue:

	2023	2022
Contas bancárias	53	18
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósito Bancário - CDB	103	-
Overnight	2.319	172
	2.475	190

Os **Certificados de Depósito Bancário** (CDB) pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP), que variou entre 99,0% e 101% em 2023 (100,5% e 101% em 2022) conforme operação.

As operações de **aplicações automáticas** (overnight) consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada de 11,42% a.a. a 11,65% a.a. em 31 de dezembro de 2023 (13,62% a.a. a 13,64% a.a. em 2022), e têm o objetivo de liquidar obrigações de curto prazo da Companhia ou serem utilizadas na aplicação em outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2023	2022
Circulante		
Certificados de Depósito Bancário - CDB	486	112
Letras Financeiras - Bancos	3.137	669
Letras Financeiras do Tesouro	1.415	236
Debêntures	52	6
	5.090	1.023
Não circulante		
Debêntures	-	4
	-	4
	5.090	1.027

Os **Certificados de Depósito Bancário** (CDB) pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP), que variou entre 103% e 104,3% em 2023 (entre 103% e 104,4% em 2022), conforme operação.

As **Letras Financeiras – Bancos** (LFs) são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). As LFs que compõem a carteira da Companhia possuem taxa de remuneração que variou entre 108,6% e 111,98% em 2023 (entre 103,3% e 110,26% em 2022) do CDI.

As **Letras Financeiras do Tesouro** (LFT) são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa SELIC diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título. As LFTs que compõem a carteira possuem taxa de remuneração que varia entre 11,83% a.a. a 11,85% a.a. em 31 de dezembro de 2023.

As **Debêntures** são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem a seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures que compõem a carteira do Fundo de Investimento da Companhia possuem taxas de remuneração que variaram entre Taxa Referencial TR + 1% a 118,69% do CDI em 2023 e (TR)+1% e 114,29% do CDI em 2022.

As políticas contábeis materiais e a classificação destes títulos e valores mobiliários estão demonstradas na nota explicativa nº 17. As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas estão demonstradas na nota explicativa nº 16.

A Companhia classificou de forma consistente os rendimentos resgatados desses títulos e valores mobiliários como parte do fluxo de caixa da atividade operacional, pois entendem que essa é a apresentação mais adequada de acordo com suas atividades.

5. FUNDOS VINCULADOS

A Companhia foi habilitada como comercializadora varejista em abril de 2020. De acordo com as Resoluções Normativas da Aneel nº 622/2014 e nº 678/2015, os comercializadores varejistas devem constituir limite operacional mínimo para a obtenção e manutenção de autorização para comercializar energia elétrica no Sistema Interligado Nacional - SIN. Em 31 de dezembro de 2023, o limite operacional mínimo constituído pela Companhia foi de R\$1.882 (R\$1.702 em 31 de dezembro de 2022).

Mais informações sobre as práticas contábeis estão demonstradas na nota explicativa nº 17.

6. CONSUMIDORES E REVENDEDORES

Classe de Consumidor	Saldos a Vencer		Saldos Vencidos			Total	
	Não Faturado	Faturado	Até 90 dias	91 até 360 dias	Mais de 361 dias	2023	2022
Fornecimento Industrial	-	-	-	-	5	5	-
Suprimento a Outras Concessionárias	688	-	-	-	-	688	-
Total	688	-	-	-	5	692	-

Não há valores relevantes vencidos e não há perspectiva de perda. Dessa forma, não foi necessária a constituição de provisão para perda de créditos esperadas.

Política contábil

As contas a receber de consumidores e revendedores são registradas inicialmente pelo valor da energia fornecida, e mensuradas pelo custo amortizado. Essa rubrica inclui os respectivos tributos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados tributos a recuperar. Conforme requerido pelo CPC 48, é efetuada análise do saldo e, quando necessário, são reconhecidas perdas na realização desses ativos.

7. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	2023	2022
Circulante		
PIS/Pasep	20	20
Cofins	92	92
Outros	-	-
	112	112
Não Circulante		
PIS/Pasep	1	-
Cofins	5	-
	6	-
TOTAL	118	112

8. OPERAÇÕES DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA

Os contratos celebrados pela Companhia visam à comercialização de energia elétrica de acordo com os requisitos das regras de comercialização, regulamentadas pela Aneel, aplicáveis a todos os agentes registrados na CCEE. Essas transações são mantidas para o recebimento ou entrega até a data de liquidação da operação prevista no contrato, de acordo com os requisitos contratuais de compra e venda, que tem o objetivo também de comercializar com outros agentes.

As operações de trading fechadas nos exercícios de 2023 e de 2022 são como segue:

	2023	2022
Contratos de venda (MWh)	87.840	43.800
Contratos de compra (MWh) (1)	131.640	-

(1) Do montante contratado, 43.800 MWh são para atender às operações de venda realizadas em 2022, com entrega de energia em 2023 e 87.840 MWh para atender às operações de venda realizadas em 2023 com entrega de energia para 2024. Desse modo, a Companhia não possui exposição em 31 de dezembro de 2023.

A movimentação dos saldos referentes às transações de *trading* é conforme segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	-
Ganhos não realizados (nota 12)	4.260
Saldo em 31 de dezembro de 2022	4.260
Ganhos não realizados (nota 12)	2.248
Ganhos realizados (nota 12)	(4.540)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.969

Em 2023, as operações de venda e de compra foram fechadas dentro do exercício, de forma que, em 31 de dezembro de 2023, não há posições em aberto.

A exposição da Companhia ao risco de mercado relacionado a operações de comercialização de energia está divulgada na nota explicativa nº 17.

Política contábil

As operações de *trading* de energia compreendem posições *forward* (contratos futuros), sendo o fechamento das posições realizado a partir da celebração de contratos com posições contrárias às assumidas, de forma a “compensar” a compra ou a venda de energia exposta, com o objetivo de obter ganhos financeiros a partir do gerenciamento dos preços contratados.

Os contratos nesta carteira são classificados, nos termos do CPC 48, como instrumentos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado, por não se enquadrarem na exceção nele previsto.

São reconhecidos no resultado, como receita operacional, os ganhos e/ou perdas líquidos não realizados decorrentes da marcação a mercado, consubstanciados na diferença entre os preços contratados e os de mercado, referentes às operações líquidas contratadas em aberto. Quando as duas posições são encerradas (venda e compra) a mensuração passa a ser realizada com base no valor presente do valor efetivamente contratado.

Com a entrega da energia é reconhecida a receita pelo fornecimento em contrapartida à rubrica de “Consumidores e revendedores”, e, o registro da despesa com compra de energia em

contrapartida à rubrica de "Fornecedores". O resultado líquido dessa operação representa a realização do ganho não realizado, que é lançada no resultado em contrapartida ao ativo ou passivo de "Operações de comercialização de energia".

O detalhamento da mensuração a valor justo e a exposição da Companhia ao risco de mercado relacionado a essa operação estão dispostos na nota explicativa nº 17.

9. PROVISÕES

A Companhia é parte de processos judiciais relativos a tributos, sendo o valor da contingência, aproximadamente, de R\$161 em 31 de dezembro de 2023 (R\$129 em 31 de dezembro de 2022).

Estimativas e julgamentos

Em relação ao passivo contingente, é uma obrigação possível que resulta de eventos passados, cuja confirmação depende de um ou mais eventos futuros incertos e não totalmente sob controle da Companhia. Trata-se de uma obrigação não reconhecida, uma vez que não é provável que haja uma exigência de saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação, mas são divulgados em notas explicativas. Na divulgação, é realizada uma breve descrição da natureza do passivo contingente, uma indicação das incertezas sobre o valor do eventual desembolso, ou sobre o valor de qualquer reembolso esperado, quando for o caso.

10. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	2023	2022
Circulante		
PIS/Pasep	1	-
Cofins	11	6
ISSQN	8	18
Outros	1	-
	21	24
Não Circulante		
PIS/Pasep	11	-
Cofins	51	-
	62	-
TOTAL	83	24

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital social da Companhia era de R\$1.000 mil, representado por 1.000.000 de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de propriedade da Cemig GT. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas Assembleias Gerais.

O controle acionário da Companhia não poderá ser transferido, cedido ou de qualquer forma, alienado, direta ou indiretamente, gratuita ou onerosamente, sem a prévia concordância da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel.

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas assembleias gerais. As ações preferenciais não conferem direito a voto a seu titular, sendo a elas assegurada a prioridade no reembolso do valor das ações subscritas e integralizadas, no caso de dissolução da Companhia ou distribuição de dividendos.

b) Reservas

A composição da conta reservas de lucros é demonstrada como segue:

	2023	2022
Reserva legal	200	200
Retenção de lucros (Dividendos adicionais propostos)	5.320	2.459
	5.520	2.659

Reserva legal

A constituição da Reserva Legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do Capital Social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. A Companhia deixou de constituir a Reserva Legal, pois o saldo dessa reserva encontra-se no limite legal de constituição permitido de 20% sobre o capital social.

c) Dividendos

O estatuto social da Companhia determina o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de 50% do lucro líquido do exercício, ajustado conforme a lei.

A Diretoria Executiva poderá declarar dividendos intermediários e/ou Juros sobre Capital Próprio, à conta de reserva de lucros acumulados, de reservas de lucros ou de lucros apurados em balanços semestrais ou intermediários.

O cálculo dos dividendos foi feito conforme abaixo:

	2023	2022
Resultado do exercício	5.722	3.960
Reserva de retenção de lucros	2.861	1.980
Dividendos		
Dividendos obrigatórios	2.861	1.980
	2.861	1.980

Os dividendos devem ser pagos aos acionistas até 31 de dezembro de 2024, conforme disponibilidade de caixa e a critério da Diretoria.

d) Destinação do Resultado – Proposta da Administração

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em 2024, que, ao Resultado do exercício de 2023, no montante de R\$5.722 mil, seja dada a seguinte destinação:

- R\$2.861 mil de para pagamento de dividendos obrigatórios;
- Da reserva de retenção de lucros, no montante de R\$2.861 mil, R\$1.841 mil seja destinado para pagamento de dividendos adicionais propostos e R\$1.020 mil para aumento de capital social.

e) Movimentação dos dividendos

Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.459
Proposta de dividendos obrigatórios ref. 2023	2.861
Saldo em 31 de dezembro de 2023	5.320

12. RECEITA

	2023	2022
Suprimento faturado	7.534	-
Suprimento não faturado	699	-
Prestação de serviços	2.859	1.286
Transações com energia na CCEE	1	-
Operações de trading (Ganhos não realizados) Nota 8	1.969	4.260
Operações de trading (Ganhos realizados) Nota 8 (1)	(4.540)	-
Tributos incidentes sobre as receitas (a)	(465)	(86)
	8.057	5.460

(1) Este montante é composto pelo resultado das operações de trading e a parcela referente a atualização financeira encontra-se apresentada na nota 14.

a) Tributos incidentes sobre as receitas

	2023	2022
ISSQN	(60)	(39)
Cofins	(333)	(39)
PIS/Pasep	(72)	(8)
	(465)	(86)

Política contábil

De forma geral, as receitas da Companhia são reconhecidas quando uma obrigação de performance é satisfeita, pelo valor que se espera receber em troca dos bens ou serviços transferidos, o qual deve ser alocado à obrigação de desempenho.

A Companhia reconhece a receita somente quando é provável que receberá a contraprestação em troca dos bens ou serviços transferidos, considerando a capacidade e a intenção do cliente de cumprir a obrigação de pagamento.

A Companhia realiza operações de comercialização de energia (*trading*), que são classificadas nos termos do CPC 48, sendo registradas como instrumentos financeiros e subsequentemente marcados a mercado, em contrapartida a outras receitas operacionais, na rubrica de “Operações de trading (ganhos não realizados)”. Mais informações sobre a mensuração do valor justo dessas operações estão apresentadas na nota explicativa nº 17.

13. CUSTOS E DESPESAS

A composição dos custos e despesas da Companhia é conforme segue:

a) Custos com energia elétrica

	2023	2022
Energia elétrica comprada para revenda	3.220	-
	3.220	-

b) Outros custos e despesas

	Custos		Despesas		Total	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Pessoal	6	23	12	-	18	23
Serviços de terceiros (c)	1	-	43	67	44	67
Depreciação e amortização	8	-	-	7	8	7
Tributos	-	-	-	3	-	3
Outros	16	-	-	3	16	3
	31	23	55	80	86	103

c) Serviços de terceiros

	2023	2022
Publicações legais	-	21
Auditoria externa	24	31
Tecnologia da informação	4	4
Conservação e limpeza de prédios	15	9
Outros	1	2
	44	67

14. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2023	2022
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	704	285
Atualização financeira operação de <i>trading</i> (1)	279	-
Variações monetárias	36	-
	1.019	285
Despesas financeiras		
Juros passivos de arrendamento	(21)	(16)
Outras despesas financeiras	(2)	(6)
	(23)	(22)
Resultado financeiro	996	263

(1) Refere-se à atualização financeira das operações de *trading* mencionadas na nota 12.

Política contábil

As receitas financeiras referem-se principalmente à renda de aplicações financeiras, acréscimos moratórios sobre venda de energia elétrica e juros sobre outros ativos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método de juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem principalmente despesas bancárias e outros passivos financeiros.

15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social a recolher

	2023	2022
Passivo - Circulante		
Imposto de Renda	3	-
Contribuição Social	30	-
	33	-

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

	2023	2022
Passivo - Não circulante		
Imposto de renda diferido	656	1.095
Contribuição social diferido	252	394
	908	1.490

c) Imposto de Renda e Contribuição Social - Resultado

	31/12/2023	
	Imposto de Renda	Contribuição Social
LUCRO PRESUMIDO		
Receita com prestação de serviços	2.006	2.006
Percentual de presunção	32%	32%
Receita com prestação de serviços tributável	642	642
Receita de suprimento	7.535	7.535
Percentual de presunção	8%	12%
Receita de suprimento tributável	603	904
Rendimentos de aplicações financeiras resgatadas	496	496
Outras receitas financeiras	36	36
Base de cálculo	1.777	2.079
Alíquota	15%	9%
IR e CS – Lucro presumido	267	187
Imposto de renda adicional (10% sobre o valor superior a R\$240 mil)	154	-
IR e CS – Lucro presumido	420	187
Renda de aplicações	704	704
Renda de aplicações resgatadas	496	496
Rendas de aplicações não resgatadas	208	208
Alíquota	25%	9%
IR e CS – Diferido rendas	52	19
AVJ Operações de <i>trading</i>	(2.292)	(2.292)
Alíquota	25%	9%
IR e CS - Diferido AVJ	(573)	(206)
Receita por competência diferida - Prestação de serviços	853	853
Percentual de presunção	32%	32%
Receita por competência diferida tributável - Prestação de serviços	273	273
Receita por competência diferida - Suprimento	699	699
Percentual de presunção	8%	12%
Receita por competência diferida tributável - Suprimento	56	84
Ajuste diferido	-	11
Base de cálculo	329	368
Alíquota	25%	9%
IR e CS diferidos	82	44
Corrente	420	187
Diferido	(439)	(143)

	2022	
	Imposto renda	Contribuição social
LUCRO PRESUMIDO		
Receita com prestação de serviços	1.285	1.285
Percentual de presunção	32%	32%
Receita com prestação de serviços tributável	411	411
Receita financeira s/resgate efetivo aplicação	189	189
Base de cálculo - Lucro Presumido	600	600
Alíquota	15%	9%
IR e CS – Lucro Presumido	90	54
Adicional (10% valor superior a R\$240 mil)	36	-
IR e CS – Lucro Presumido	126	54
Rendas não resgatadas	95	95
AVJ Operações de <i>trading</i>	4.261	4.261
Alíquota	25%	9%
IR e CS diferidos	1.089	392
Corrente	126	54
Diferido	1.089	392

Política contábil

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável pelo regime presumido e sobre as receitas financeiras, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 mil.

A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável pelo regime presumido e sobre as receitas financeiras.

Valores de imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos por diferenças temporárias tributáveis referentes a receitas financeiras tributadas pelo regime de caixa e sobre o ajuste a valor justo com as operações de trading.

16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações consolidados, bem como as principais condições relacionadas aos negócios com partes relacionadas da Companhia estão demonstradas a seguir:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Convênio de compartilhamento								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	8	8	-	-	(23)	(28)

O convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig D, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo foi anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016 e inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática.

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Prestação de serviços								
Hidrelétrica Pipoca	54	47	-	-	(121)	-	-	-

Refere-se a serviços de intermediação na comercialização de energia elétrica prestados pela Companhia.

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Dividendos								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	5.320	2.459	-	-	-	-

A Diretoria Executiva aprovou a declaração de Dividendos no total de R\$5.320. Os detalhes acerca da composição e movimentação dos Dividendos estão presentes na nota explicativa nº 11.

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
FIC Pampulha								
Circulante								
Caixa e equivalentes	2.319	172	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	5.090	1.024	-	-	305	96	-	-
Não circulante								
Títulos e valores mobiliários	-	4	-	-	-	-	-	-

A Companhia aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Cemig. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica “Títulos e Valores Mobiliários” e “Caixa e equivalentes de caixa”, no ativo circulante e não circulante.

Os recursos destinados ao fundo de investimento foram alocados em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos, apenas, a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

Remuneração do pessoal-chave da administração

Os custos totais com o pessoal-chave da administração, composto pela Diretoria Executiva, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 são demonstrados na tabela abaixo:

	2023	2022
Remuneração	1	1
Total (1)	1	1

(1) A Companhia não remunera diretamente os membros do pessoal-chave da administração, sendo remunerados pelo acionista controlador. O reembolso dessas despesas é realizado por meio do convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo, anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016.

17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros da Companhia são como segue:

	Nível	2023		2022	
		Valor Contábil (1)	Valor Justo	Valor Contábil (1)	Valor Justo
Ativos financeiros					
Custo amortizado					
Consumidores e revendedores		692	692	335	335
Títulos e valores mobiliários		52	52	141	141
Fundos vinculados		1.882	1.882	1.702	1.702
		2.626	2.626	2.178	2.178
Valor justo por meio do resultado					
Operações de comercialização de energia	3	1.969	1.969	4.260	4.260
Equivalentes de Caixa - Aplicações Financeiras	2	2.422	2.422	172	172
Títulos e Valores Mobiliários					
Certificados de Depósitos Bancários - CDBs	2	486	486	112	112
Letras Financeiras Bancos - LFs	2	3.137	3.137	532	532
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	1.415	1.415	236	236
Debêntures	2	-	-	6	6
		9.429	9.429	5.318	5.318
		12.055	12.055	7.496	7.496
Passivos financeiros					
Custo amortizado					
Fornecedores		(251)	(251)	-	-
Passivo de arrendamento		(278)	(278)	(176)	(176)
Transações com partes relacionadas		(8)	(8)	(8)	(8)
		(537)	(537)	(184)	(184)

(1) O valor contábil apresentado é uma aproximação razoável do valor justo.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensurou seus ativos e passivos financeiros a valor justo e os classifica conforme as normas contábeis vigentes. O valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado utilizariam ao precificar um ativo ou passivo, presumindo-se que ajam no seu melhor interesse econômico. As informações aplicadas nas técnicas de avaliação do valor justo são classificadas em três níveis de hierarquia do valor justo, como segue:

- **Nível 1. Mercado ativo:** Preço cotado - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem mercado ativo:** Técnica de avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo, o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é

estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

- **Nível 3. Sem Mercado Ativo:** Título Patrimonial - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

A hierarquia de valor justo prioriza as informações (inputs) das técnicas de avaliação e não as técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo. Em alguns casos, são utilizadas informações de diferentes níveis da hierarquia na mensuração do valor justo, sendo estas classificadas integralmente no mesmo nível de hierarquia de valor justo aplicável à informação significativa de nível mais baixo. Para os ativos e passivos reconhecidos ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se houve transferência entre os níveis da hierarquia, reavaliando a categorização definida.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Aplicações financeiras: mensurado a partir das cotações de mercado do investimento, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de investimentos similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

Operações de comercialização de energia: A técnica de mensuração se baseia na abordagem de mercado, por meio do desconto a valor presente da diferença entre os preços futuros de energia de mercado, comparados com os preços dos contratos *forward*. As premissas adotadas para o cálculo do valor justo dos ganhos não realizados dos contratos de energia que compõem o portfólio de negociação são as seguintes:

- a) Taxa de desconto: Wacc aprovado pela Administração para a atividade de comercialização, que representa a taxa livre de risco ajustada ao risco específico da atividade, de acordo com parâmetros de mercado.
- b) Preços projetados: Curva DCIDE (empresa referência do setor para cálculo de curvas futuras de preço da energia).
- c) Mensuração das posições: Considera-se a posição líquida, a partir do portfólio de negócio.
- d) Os valores foram considerados líquidos de PIS/Pasep e Cofins. Como a Companhia é optante pelo lucro presumido, considerou-se a alíquota de 3,65% sobre o valor do preço de venda.

b) Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos Corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de governança corporativa alinhada com o processo de planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

O risco de natureza econômico-financeira está associado à gestão e controle ineficazes dos meios financeiros da organização e às oscilações do mercado, como disponibilidade de crédito, taxas de câmbio e movimentos das taxas de juros.

A Companhia monitora o risco financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando, quando necessário, estratégias de proteção (*hedge*) aos riscos de câmbio, juros e inflação, os quais estão efetivos, em linha, com a estratégia da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados na sequência desta nota explicativa. Os cenários para a análise de sensibilidade foram elaborados utilizando fontes de mercado e fontes especializadas.

Risco de liquidez

A Companhia apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em política de aplicações, manejando seus recursos em fundos de investimento reservados de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDBs ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a Companhia busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta *ratings*, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos nominais das principais obrigações da Companhia é conforme segue:

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
- Pré-fixadas						
Fornecedores	251	-	-	-	-	251
Passivo de arrendamento	2	4	18	97	413	534
Transações com partes relacionadas	8	-	-	-	-	8
	261	4	18	97	413	793

Risco de crédito

O risco decorrente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

Em 31 de dezembro de 2023, não há valores relevantes vencidos e não há perspectiva de perda. Dessa forma, não foi necessária a constituição de provisão para perda de créditos esperadas.

Risco de taxa de juros

Este risco advém do impacto das oscilações das taxas de juros nacionais sobre o resultado financeiro líquido composto pelas receitas financeiras atreladas às aplicações financeiras realizadas pela Companhia. A Companhia não utiliza da contratação de instrumentos financeiros derivativos para proteção desse risco. A variação das taxas de juros é continuamente monitorada com o objetivo de avaliar a necessidade de contratação de instrumentos financeiros que mitiguem esse risco.

Risco de mercado

A Companhia encontra-se exposta ao risco de preço de mercado associado a compromissos futuros (*tradings*) resultantes de contratos bilaterais de compra e venda de energia, conforme demonstrado na nota explicativa nº 8.

O resultado destes contratos é determinado como o diferencial, para cada prazo, entre os preços dos contratos bilaterais de compra e venda de energia e a respectiva valorização por marcação a mercado utilizando curvas de preço *forward*. O resultado de contratos de compromisso futuro (*trading*) apresenta volatilidade associada à flutuação do preço de energia, gerando risco de preço de mercado.

Dessa forma, a gestão do risco de preço de mercado é realizada por meio da determinação e monitorização diária do risco respeitando os limites aprovados pela Administração e enquadrados na Política de Gestão de Riscos, para compra e venda de energia utilizando uma metodologia estabelecida na Norma de Risco Energético. A metodologia adotada é um VaR (*Value at Risk*) com 95% de confiança que considera uma curva *forward* de preços de mercado, a exposição do portfólio (diferença entre compra e venda) e a volatilidade e liquidez observadas no mercado livre para cada exercício.

Análise de sensibilidade

O principal fator de risco que impacta o preço e consequentemente o risco de mercado das operações de *trading* é a exposição aos preços de mercado da energia.

No processo de tomada de decisão relacionada às atividades de *trading*, a Administração da Companhia utiliza análises de sensibilidade considerando a volatilidade histórica do preço de energia para o produto e considera o índice de confiança de 95%. Durante 2023 a operação não apresentou valores em risco, uma vez que, mesmo no VAR95, os valores em risco foram inferiores ao preço de venda.

A compra de energia atrelada às operações de venda realizadas em 2023, para entrega em 2024, foi concretizada em junho de 2023.

Os contratos firmados em 2023 possuem variações somente de IPCA entre o período de negociação do produto e início da vigência, em janeiro de 2024 (recebimento mensal e *flat* por 12 meses).

Política contábil

Os instrumentos financeiros podem ser classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao

valor justo por meio do resultado, mediante análise das características do fluxo de caixa contratual e do modelo de negócios da Companhia para gestão destes instrumentos financeiros. Atualmente, a Companhia não possui instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

As correspondentes divulgações sobre as principais premissas utilizadas nas avaliações ao valor justo são resumidas nas respectivas notas explicativas.

Mensurados ao custo amortizado

Encontram-se nesta categoria os ativos financeiros que (i) são mantidos dentro do modelo de negócio da Companhia com o objetivo de receber fluxos de caixas contratuais e (ii) os termos contratuais desses ativos dão origem a fluxos de caixa conhecidos que constituem, exclusivamente, pagamento de principal e juros, conforme segue:

- créditos com consumidores e revendedores;
- fundos vinculados; e
- títulos e valores mobiliários para os quais há a intenção positiva de mantê-los até o vencimento e os seus termos contratuais originam fluxos de caixa conhecidos que constituem, exclusivamente, pagamentos de principal e juros.

Encontram-se nessa categoria os seguintes passivos financeiros:

- fornecedores;
- arrendamentos; e
- transações com partes relacionadas.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Estimativas e julgamentos

Valor justo por meio do resultado

Encontram-se nesta categoria os equivalentes de caixa e os títulos e valores mobiliários que não são classificados como custo amortizado, bem como as operações de comercialização de energia elétrica.

As operações de trading de energia compreendem posições *forward*. Os contratos nesta categoria são classificados como valor justo por meio do resultado, por não se enquadrarem na exceção nele previsto.

As correspondentes divulgações sobre as principais premissas utilizadas nas avaliações ao valor justo são resumidas nas respectivas notas explicativas.

18. EVENTOS SUBSEQUENTES

Proposta de aumento de capital

Será proposto pela Diretoria à Assembleia Geral Ordinária o aumento de capital social em R\$3.000 mil (três milhões de reais), mediante destinação de R\$1.980 mil dos recursos da reserva de lucros e R\$1.020 mil (um milhão e vinte e mil reais) do lucro de 2023, com emissão de 3.000.000 (três milhões) de ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, no valor de R\$1,00 (um real) cada e conseqüentemente, a alteração do Artigo 5º do Estatuto Social, que passará a ter a seguinte redação: “Art. 5º O capital social é de R\$4.000.000 (quatro milhões de reais), representado por 4.000.000 (quatro milhões) de ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal”.

DocuSigned by:
Dimas Costa
5AEE1A68E53E4BF...

Dimas Costa
Diretor-Presidente

DocuSigned by:
Marcus Vinícius de Castro Lobato
35E0732FFDC5491...

Marcus Vinícius de Castro Lobato
Diretor

DocuSigned by:
Leonardo George Magalhães
AD76E2EC35D74F5...

Leonardo George de Magalhães
Diretor

DocuSigned by:
MÁRIO LÚCIO BRAGA
5EED7DFD77A945E...

Mário Lúcio Braga
Superintendente de Controladoria

DocuSigned by:
José Martins
0B3395959F274EA...

José Guilherme Grigolli Martins
Gerente de Contabilidade Financeira e
Participações
Contador – CRC-1SP/242451-04

RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL

Os Conselheiros Fiscais da Cemig Trading S.A., infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31-12-2023, bem como os respectivos documentos complementares. Após apresentação feita pela Administração da Companhia e considerando, ainda, o Parecer e os esclarecimentos prestados pelos auditores independentes, os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, opinaram favoravelmente à sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em 2024.

Belo Horizonte, 17 de julho de 2024

Francisco Luiz Moreira Penna

Nelson Tamietti

Paulo Roberto de Brito Mosqueira

Ronald Gastão Andrade Reis



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Telefone +55 (31) 2128-5700
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Diretores e Acionistas da
Cemig Trading S.A.
Belo Horizonte - MG**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cemig Trading S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cemig Trading S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

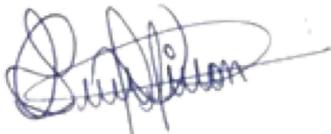
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 17 de julho de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC SP-014428/O-6 F-MG



Samuel Alisson Epaminondas Cabral
Contador CRC GO-018421/O-0